

# XVII COLÓQUIO

do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas

PPGAC/UNIRIO

## A POLÍTICA CULTURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ PARA AS ARTES CÊNICAS DE 1995 A 2006

*Giovana Miglio do Carmo*

Giovana Miglio do Carmo | Doutorado

Linha de Pesquisa | HTA

Orientadora | Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Rabetti

Doutoranda em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com mestrado na mesma instituição. Possui graduação em Licenciatura Plena em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Pará (2008), graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade da Amazônia (2008) e graduação em Bacharelado em Psicologia pela Universidade da Amazônia (2006). Também possui formação pelo Curso Técnico em Ator da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos de História e Historiografia do Espetáculo (EHHE), do CNPq.



**A POLÍTICA CULTURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ  
PARA AS ARTES CÊNICAS DE 1995 A 2006**

Giovana Miglio do Carmo

Profª Drª Maria de Lourdes Rabetti | Orientadora

A partir de 1985, juntamente com a abertura do Brasil ao processo de redemocratização, o neoliberalismo começou a instalar as bases de uma concepção de Estado mínimo. Neste contexto, ocorreu a progressiva transferência da gestão da cultura para aos setores de marketing das empresas, processo mediado pelas leis de renúncia fiscal. Paradoxalmente, desde o final da Segunda Guerra Mundial havia se intensificado diversos debates, organizados principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela UNESCO, que cobravam maior presença governamental na área, devendo esta se dar regular e sistematicamente planejada.

No Brasil, estas discussões internacionais deixaram suas marcas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), cujo artigo 215 trata especificamente da cultura ao postular que o Estado deverá garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, sendo também de sua responsabilidade o apoio, incentivo, valorização e difusão das manifestações culturais. Isto posto, a cultura se configura como um direito humano fundamental.

Contudo, além de delegar ao setor privado o gerenciamento da cultura, o que se observa é o descumprimento sistemático do Estado com relação às suas obrigações constitucionais. De acordo com o relatório emitido pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 2009), o gozo do direito à vida cultural é em grande parte limitado aos segmentos de maior nível educacional e/ou afluentes da sociedade brasileira, estando os investimentos e bens culturais concentrados nas grandes cidades.

No que concerne ao domínio da pesquisa de doutorado vinculada ao PPGAC da UNIRIO, o estudo, em fase inicial de desenvolvimento, tematiza a Política Pública Cultural e tem como objeto as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Cultura

# XVII COLÓQUIO

do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas PPGAC/UNIRIO

do Pará em prol das manifestações artísticas referentes às Artes Cênicas. Figuram entre estas ações aquelas que incidem sobre os grupos de teatro, o teatro popular (em geral originário do Teatro de Pássaros, do Cordão de Boi, das Pastorinhas, etc.), as companhias de dança, os artistas circenses e os de ópera do Estado; podendo se referir à proteção do patrimônio cultural (material e imaterial), bem como ao fomento para a produção e difusão das Artes Cênicas.

O recorte temporal desta pesquisa está centrado entre os anos de 1995 a 2006 - período no qual o Pará apresentou, ininterruptamente, a gestão do arquiteto Paulo Roberto Chaves Fernandes (Paulo Chaves) como Secretário de Estado de Cultura. Já no ano de 1995, Paulo Chaves foi o responsável pela criação da Lei Semear, lei estadual de incentivo fiscal nº 5.885/95 (atualmente lei nº 6.572/03, de mesmo nome). A partir dos anos 2000, a Secretaria de Estado de Cultura passou a realizar na cidade de Belém obras faraônicas de forte caráter turístico que ganharam repercussão local. Segundo Alexandre Barbalho e Ana Paula Nazaré de Freitas (2011), estas obras indicam que a gestão de Paulo Chaves se conforma com uma política cultural fortemente ligada ao padrão de consumo das classes mais abastadas, dadas as suas intervenções urbanísticas de grande escala influenciadas pelas políticas de gentrificação.

Em face destes indícios a hipótese inicial desta pesquisa é a existência de uma política cultural que prioriza valores consonantes com os grupos sociais dominantes política e economicamente na sociedade paraense, aproximando-se da noção de cultura de minoria. O problema central aqui levantado se apresenta da seguinte maneira: Qual a concepção de cultura/política cultural desenvolvida, entre os anos de 1995 e 2006, pela Secretaria de Cultura no Estado do Pará, no que tange às ações desenvolvidas no setor das Artes Cênicas?

Como aporte teórico inicialmente selecionado, temos o Materialismo Cultural de Raymond Williams (1958), que compreende a cultura como algo além de um conjunto de práticas específicas legitimadas como manifestações "oficiais" (obras de arte e conhecimentos específicos), englobando também os modos de vida das sociedades. Por outro lado, a cultura de minoria é uma forma de compreensão que se pretende universal à custa de constantes tentativas de depreciação daquelas formas de expressões que a

ela sejam dissonantes.

Outra base teórica a ser utilizada é aquela fornecida por Teixeira Coelho (1997) que descreve três modos básicos de política cultural: o dirigismo cultural – frequente em Estados fortes, com pautas pré-estabelecidas de promoção do desenvolvimento ou da segurança nacional; o liberalismo cultural – sem uma ideia clara de que seja dever do Estado promover a cultura, sendo adepta do fomento através do mecenato (com incentivo fiscal); e a democratização cultural – política comprometida com o acesso igualitário à cultura para todos os indivíduos e grupos, tendo como objetivo o estabelecimento da cidadania cultural, por meio da concretização democrática dos direitos culturais.

A primeira etapa desta pesquisa buscará a identificação das ações voltadas às Artes Cênicas através de documentos oficiais como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Diário Oficial do Estado do Pará (DOEP). Na segunda etapa se verificará os artistas/grupos beneficiados – identificados através do DOEP –, os preteridos e os excluídos das ações concretizadas – estes últimos examinados a partir da realização de entrevistas com fazedores locais das Artes Cênicas. As entrevistas também indicarão quais os impactos que estas ações tiveram sobre os produtores locais - meta da terceira etapa. Nesta fase, recorreremos também aos jornais locais circulantes no período (*O Liberal* e *Diário do Pará*). Por último, será analisado em que medida os produtores locais estão inseridos ou não em uma compreensão de cultura compatível com a ideia de cultura de minoria, avaliando também qual a modalidade ideológica de política pública cultural gerida no Estado.

Fomentaremos o debate acerca dos rumos que a política cultural vem adotando nas últimas décadas no Brasil, focando o Estado do Pará, Região Norte, Amazônia brasileira. Além disso, ampliam-se os estudos históricos e historiográficos sobre a organização e manutenção das práticas artísticas relacionadas às Artes Cênicas para além do eixo Rio-São Paulo - polo que historicamente concentra a maioria dos estudos nesta área. Por último, também se tem a possibilidade de expandir os estudos históricos e historiográficos para um período mais recente de nossas trajetórias investigativas.

## REFERÊNCIAS:

BARBALHO, Alexandre; FREITAS, Ana Paula Nazaré de. **Política cultural e consumo na região amazônica:** um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém do Pará. ALCEU. v. 12 - n.23 - p. 130 a 142 - jul./dez. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

ONU. **Consideração dos Relatórios submetidos por países membros conforme artigos 16 e 17 do Pacto.** Brasil. Genebra, 2009.

Disponível em: <[http://http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacaoe-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questaofundiaria/Comite\\_DESC\\_RecomendacoesaoBrasil\\_2009.pdf](http://http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacaoe-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questaofundiaria/Comite_DESC_RecomendacoesaoBrasil_2009.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2016.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos** (*Culture is ordinary*). 1958. Trad. Maria Elisa Cevasco. Departamento de Letras da Universidade de São Paulo.